

Sarney

A blitzkrieg de fim de festa

A pequena cidade de Porangatu foi o cenário escolhido pelo presidente Sarney, para que a Nação conhecesse o seu *destino manifesto*, que seria vivido "custe o que custar, doa é quem doer, resista quem quiser resistir". Na última mensagem do ano, transmitida para todo o País, o governo federal comunicou às brasileiras e aos brasileiros que este "destino manifesto" seria imposto em forma de *blitzkrieg*.

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, anunciou a construção dos primeiros trechos da discutida Ferrovia Norte-Sul já a partir de janeiro: 450 quilômetros saindo de Brasília em direção ao Norte do País, e 450 quilômetros descendo da Ferrovia de Carajás em direção ao Sul. O tom que o ministro escolheu para comunicar esta decisão de Estado era o de um conquistador; para s. exa., sem a construção da estrada, seria estrangular o espaço vital, fundamento e razão de ser do *Governo Geral do Maranhão!*

Seria o caso de recordar os primeiros passos da construção da Norte-Sul, envoltos na fraude observada no processo de concorrência promovido pela Valec - estatal encarregada

da construção da ferrovia. As denúncias foram de tal monta que acabaram por invalidar todo o processo de concorrência até então realizado. Seria o caso também de reavivar a memória coletiva e lembrar que o governo, a 12 de junho passado — quando procurava justificar mais um de seus pacotes econômicos —, garantia que passava a viver a "pão e água" e que não construiria a Norte-Sul "nos próximos seis meses". Não construiu, mas gastou Cr\$ 700 milhões em consultoria, projetos e preparação do solo, no mesmo período em que destinava. Cr\$ 8 bilhões da previsão orçamentária de 1988 para a *blitzkrieg* da Norte-Sul. Agora, justificar perante a Nação todos estes estranhos procedimentos com o argumento de que o metrô de São Paulo custou quatro vezes mais, e que só por isso a Ferrovia Norte-Sul *pode* ser construída, não passa de um insulto à inteligência nacional.

Que o Governo Geral do Maranhão queira empreender o domínio do seu espaço vital, esse fato em si é um problema nacional. Contudo, querer justificar a pretensão, estigmatizando o imaginário governo geral do Sul é de estarrecer. Que se

pretende: construir um jogo de guerra entre dois hipotéticos "brasíis", cabendo ao vitorioso — desde já se sabe ser o Governo Geral do Maranhão — a dilapidação total, ampla, geral e irrestrita do combatido Tesouro Nacional? Ocorreu a algum dos incontáveis assessores presidenciais a lembrança de que o metrô de São Paulo atende a uma população concentrada em uma megalópole, cuja exigência primeira de sobrevivência é uma rede minimamente organizada de transporte de massa, da qual as linhas metroviárias são, um de seus componentes essenciais? Terá o simples e eficiente uso do bom senso despertado algum conselheiro do presidente para que os US\$ 12 bilhões gastos até agora na construção do complexo metroviário de São Paulo implica o transporte de quase dois milhões de pessoas por dia, e que em nada a análise de custo/benefício desse investimento pode ser comparada, sendo iguais os mesmos critérios, com os investimentos na construção de uma estrada de desbravamento e de ocupação de área de baixíssima densidade populacional?

A Ferrovia Norte-Sul pode vir a

ser obra importante do ponto de vista da integração nacional. Isso é uma coisa. Outra, muitodiferente, é tentar justificá-la, fabricando uma falsa disputa entre o Brasil desenvolvido e o Brasil por se desenvolver. Essa é uma falsa questão, e há evidente má-fé na sua apresentação. Fabricar um inimigo para justificar gastos orçamentários é o artifício de maus administradores. Quando alertamos o leitor para o fato de que o discurso presidencial de Porangatu, em 18 de novembro passado, continha palavras de um *destino manifesto*, não previamos a *blitzkrieg* agora anunciada. Comentando esse discurso, procuramos confortar as brasileiras e os brasileiros com a lembrança de Churchill, que às vésperas do Dia D justificava os últimos sacrifícios que pedia aos ingleses com uma imagem forte: "É só o começo do fim". O que não sabíamos é que o nosso "fim" seria esse. Com altíssimos danos financeiros, diga-se de passagem. Talvez fosse o caso de dar razão a um senador paranaense que sugeriu pagarem-se as comissões esperadas aos interessados, e não se realizar a obra? Pelo menos, evitando-se a *blitzkrieg* de fim de festa, os custos seriam sensivelmente menores.